



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Axia: após pressão dos sindicatos, PLR 2025 será paga dia 31/03
Página 3



POCAE promove seminário no RJ sobre soberania energética
Página 4



#CELESCPÚBLICA

Audiência pública debate atuação da Celesc e reforça cobrança por mais contratações

EVENTO FOI CONVOCADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS DA ALESC



Fotos Daniel Conzi / Agência Alesc

Na última sexta-feira, dia 20, os trabalhadores da Celesc lotaram o auditório do curso de Direito da Univali, em Itajaí, para debater a Celesc Pública e a prestação de serviço à sociedade catarinense. O debate, realizado em forma de audiência pública, foi proposto pelo Deputado Estadual Ivan Naatz (PL), que no início do ano criticou a Celesc e os trabalhadores, por conta de faltas de energia na região do Vale do Itajaí. Convenientemente, o Deputado esqueceu-se que em abril do ano passado, também em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), defendeu o planejamento da Diretoria da Celesc e a crescente terceirização das atividades da empresa, conclamando, ainda, o Presidente da Celesc, Tarcísio Rosa, como um dos melhores do Brasil.

Para defender a Celesc Pública de discursos que apenas potencializam os riscos de privatização, a Intercel novamente mobilizou os trabalhadores que, vindos de todas as regiões do estado, lotaram o auditório, sendo a maior representação popular na audiência. Assim como na audiência pública do ano passado, a Intercel defendeu a necessidade de mudança de planejamento da Celesc, tornando prioridade a prestação do serviço de qualidade à população catarinense e não apenas a distribuição de lucro aos acionistas, como é hoje. Para isso é necessário investir na contratação de trabalhadores próprios e na redução da terceirização.

Infelizmente, apesar de diversos contatos com a equipe do deputado e com os organizadores da audiência pública, a Intercel não teve espaço para manifestação na mesa, que teve representando os trabalhadores o representante dos Empregados no Conselho de Administração, Paulo Horn. Compuseram a mesa, além do Deputado e do Conselheiro, prefeitos e vereadores da região e os Diretores da Celesc, Cláudio Varella (Diretor de Engenharia e Obras) e Wagner Vogel (Diretor Comercial).

Os prefeitos e vereadores manifestaram críticas à Celesc por constantes faltas de energia e pela demora no restabelecimento das redes. Angioletti resumiu: "Todos os dias, como administradores da cidade, recebemos reclamações do nosso povo por falta de energia elétrica. Energia que falha, que cai. Não queremos apontar culpados, só queremos que o serviço melhore. Só isso, pois, quando pagamos queremos que o serviço seja entregue e com qualidade".

Falando em nome da Administração da Celesc, o Diretor Cláudio Varella apresentou dados de investimentos realizados e por realizar pela Celesc na região, destacando que, até o momento, foi investido meio bilhão de reais em infraestrutura energética pela empresa. Varella também disse que a empresa tem reforçado o atendimento operacional, colocando mais trabalhadores à disposição da sociedade. Faltou dizer que isso significa mais terceirização e serviço de péssima qualidade.

SEM TRABALHADORES, NENHUM INVESTIMENTO É SUFICIENTE



O Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Paulo Horn apontou para uma das faixas da Intercel que traz uma óbvia constatação, ignorada pela Administração da Celesc: sem trabalhadores, nenhum investimento é suficiente. Paulo destacou que não adianta disponibilizar recursos para fazer obras se, quando falta energia, não tem gente para atender a sociedade. O investimento é só uma parte. É preciso olhar os trabalhadores como um investimento também, recompondo o quadro de pessoal próprio e reduzindo a terceirização. Paulo destacou que não adianta reforçar equipes terceirizadas, porque a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados se reflete em um serviço também precário, deixando a sociedade desassistida enquanto os empregados próprios se desdobram para aten-

der e ainda corrigir o trabalho mal feito da terceirização.



A Intercel tem denunciado os problemas de uma gestão que pensa a Celesc como empresa privada. Atualmente, a companhia segue a mesma lógica das empresas privatizadas, privilegiando a distribuição de lucro aos acionistas e precarizando a qualidade do serviço prestado. Essa lógica privada atenta contra o papel principal da empresa pública e deve ser combatida. A Intercel destacou a necessidade de mudanças na forma de administrar a Celesc, que passa pela saída do atual presidente. No momento em que foi aberta a palavra ao público presente, o ex-conselheiro Jair Maurino Fonseca discordou do Deputado Ivan Naatz, que havia elogiado Tarcísio no início da audiência como alguém comprometido com o atendimento à sociedade. Jair comentou que Tarcísio vai na contramão de uma empresa pública, atacando os trabalhadores e buscando terceirizar tudo na empresa, sendo imprescindível que o Governo do Estado troque a presidência da Celesc para alguém que defenda a empresa pública e olhe a Celesc como uma empresa que deve focar no atendimento ao povo catarinense.

Presidente do Sintevi, Lucio Andre de Sousa lembrou que é necessário mudar a política de dividendos da Celesc, lembrando que desde o início desta administração o percentual do lucro distribuído aos acionistas só aumenta, enquanto a Diretoria precariza as condições de trabalho dos empregados e, conseqüentemente, o atendimento à sociedade. O também ex-Conselheiro e atual Diretor Administrativo-Financeiro da Celos, Leandro Nunes destacou que são os empregados que primeiro sofrem com as reclamações da população e que têm que se desdobrar para atender mesmo em condições precárias. Cobrando diretamente o Deputado Ivan Naatz, Leandro reforçou que a Celesc não é uma vergonha, mas sim motivo de orgulho para Santa Catarina e é necessário olhar para os

Continua na pág. 2

estados vizinhos para ver o caos da privatização, impedindo ameaças ao caráter público da empresa. A última fala concedida aos participantes foi do Diretor do Stieel, Jeferson dos Reis, que destacou o orgulho de ser Celesquiano e a necessidade de valorização dos trabalhadores da empresa.

CELESC PÚBLICA, BOM PARA TODO MUNDO!

A audiência pública que havia sido convocada para atacar a empresa foi tomada pela defesa da Celesc Pública e por cobranças para uma mudança na gestão da empresa que priorize a prestação do serviço público e não só o retorno financeiro. O próprio Deputado Ivan Naatz (PL) destacou que defende a manutenção da Celesc Pública, sugerindo a criação de uma comissão para acompanhar a qualidade do serviço prestado à população. Mudando sua manifestação sobre a terceirização, Naatz afirmou



Plenária Estatutária da CNU reforça unidade dos urbanitários e define ações para 2026

Evento foi realizado em Salvador na semana passada



Na terça-feira da semana passada, 17 de março, aconteceu em Salvador/BA a Plenária Estatutária da Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), reunindo dirigentes de todo o País para debater os desafios da categoria e fortalecer a



Trabalhadores e sindicato ingressam com medidas judiciais contra mudança do Almojarifado Central

Ação Popular e Notícia de Fato foram ingressadas na semana passada

Trabalhadores do Almojarifado Central de Palhoça procuraram o Sinergia no final de 2025 preocupados com a possibilidade de mudança de seu local de trabalho. Havia a informação, através do site da empresa, de que o Almojarifado seria mudado para o município de Biguaçu, a cerca de 50km do endereço atual, e havia dúvidas sobre a legalidade dos procedimentos de contratação (aluguel) desse novo espaço para onde o Almojarifado iria.

Diante disso, após diálogo com o Sinergia, o sindicato ingressou com uma Notícia de Fato no Ministério Público do Trabalho, indicando que pelo menos 27 pessoas trabalhadoras do quadro próprio e 74 de empresas terceirizadas serão afetadas pela mudança de local de trabalho. Além disso, que no quadro próprio, há cinco pessoas com deficiência que serão afetadas, sem prejuízo de pessoas com redução de jornada, responsáveis pelos cuidados de pessoas com deficiência, assim como, no quadro de terceirizações, há dois trabalhadores com deficiência que já estão sofrendo de inúmeras formas com a possibilidade de mudança para um

que apesar de ser um fenômeno mundial, a terceirização não pode ser continuada diante de tantas evidências de que não funciona.

Para os sindicatos da Intercel, é necessária uma mudança radical na gestão da empresa, saindo de um modelo privado focado em lucro para um planejamento público que coloque a Celesc a serviço da população e do desenvolvimento da sociedade catarinense. Em entrevista à TV AL, o Coordenador da Intercel destacou a luta dos sindicatos pela recomposição do quadro de pessoal próprio e pelo fim da terceirização como forma de melhorar o atendimento à população: "Não somos contra os trabalhadores terceirizados, mas contra a terceirização de forma geral. Eles não têm as mesmas condições, nem o mesmo treinamento e equipamentos que nós. Também não têm o mesmo empenho na hora de defender os seus trabalhos e na hora de prestar o melhor serviço para a população catarinense".

Os sindicatos da Intercel reafirmam o compromisso de defesa da empresa pública e dos trabalhadores, conclamando os celesquianos a permanecerem unidos e mobilizados para defenderem o nosso lema: CELESC PÚBLICA, BOM PARA TODO MUNDO!



organização dos trabalhadores e trabalhadoras urbanitários.

Na atividade foram realizados diversos debates estratégicos com foco na defesa dos serviços públicos, no enfrentamento às privatizações e na construção de ações conjuntas para ampliar a unidade da categoria em nível nacional.

A plenária aprovou importantes encaminhamentos para a organização da Confederação, entre eles a realocação de dirigentes na diretoria, a filiação à ISP e à IndustriALL Brasil, a definição do novo endereço da entidade e a construção do projeto político-eleitoral para 2026.

A Federação Sul dos Urbanitários (FESUL) esteve presente na atividade com a participação de Cecy Marimon, que presi-

de a entidade e passa a assumir a Secretaria de Organização e Política Sindical da CNU, e de Tiago Vergara, que assume como Secretário de Energia. Também participaram os membros da FESUL: Wanderlei Lenartovicz, do Sindinorte, e Jimi Ferreira, do Sinel de Ponta Grossa, eleitos para o Conselho Fiscal da Confederação, além de Ingrid Voigt, do Sindinorte, Edson da Silva, do Sintraej, e Sebastião da Silva, do Sindaen/PR.

A plenária reafirmou a importância da organização coletiva e da unidade dos trabalhadores e trabalhadoras como ferramentas fundamentais na luta em defesa dos direitos e contra as privatizações, apontando caminhos para o fortalecimento da categoria no próximo período.

mas que, pelo documento, não teria usado os mesmos critérios para a classificação do segundo colocado - empresa cujo terreno está sediado em Biguaçu. Ao final da petição, é requerida a imediata suspensão dos efeitos da Licitação Eletrônica n. 25/0071, promovida pela Celesc; a suspensão da adjudicação, homologação e de quaisquer atos administrativos decorrentes do certame, inclusive eventual assinatura do contrato ou ordem de início dos serviços; caso já firmado o contrato, a suspensão de sua execução, especialmente quanto ao início das obras, pagamentos ou qualquer medida voltada à implementação do Almojarifado Central objeto da licitação. Por fim, a petição pede seja determinado à Celesc que se abstenha de dar continuidade à contratação decorrente do certame impugnado, devendo promover novo procedimento licitatório.

A Notícia de Fato foi protocolada na semana passada junto ao Ministério Público do Trabalho. Já a Ação Popular foi ingressada junto à Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis no mesmo dia.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Intercel e Celesc se reúnem para debater PLR 2026

Os sindicatos que compõem a Intercel e a representação da Diretoria da Celesc se reunirão nessa quinta-feira, dia 26, para mais uma rodada de negociação do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2026. Conforme divulgado no quadro ao lado, as Assembleias para apreciação da contraproposta da empresa serão realizadas no dia 2 de abril em cada base.

Axia: PLR será paga em 31 de março

Após reivindicação dos sindicatos que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), a empresa informou que pagará, já na próxima semana, em 31 de março, 80% da PLR 2025 aos ativos e desligados que atuaram na empresa em 2025. Os indicadores da PLR 2025 tiveram performance média de 120%. A partir deste resultado, os trabalhadoras e os trabalhadores que tinham alvo de remuneração 3 poderão receber até 4,5 remunerações. Já aqueles profissionais identificados no Termo de Pactuação, que possuem nível 4, poderão receber até 6 remunerações. A antecipação representa um avanço importante e demonstra, mais uma vez, que nenhum direito cai do céu. É a mobilização da categoria, aliada à atuação firme das entidades sindicais e à unidade construída nacionalmente, que garante resultados concretos na mesa de negociação.



Segunda Rodada de Negociação Axia Energia: Dividir para conquistar foi a tônica da empresa

Reunião foi realizada na sexta-feira passada no Rio de Janeiro



Na última sexta-feira, dia 20, foi realizada a segunda rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho. Na mesa, os representantes da Axia apresentaram os pontos que entendem que deverão ser contratados, modificados e não contratados. Ficou muito nítida a intenção da empresa em seguir no movimento da unificação de direitos e benefícios. No entanto, a proposta vem no sentido de unificar pelo mínimo praticado e não pela melhor condição.

A empresa, em diversos momentos, afirmou que estaria visando aplicar para o Acordo Coletivo uma média de direitos e benefícios de outras empresas do setor. O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), contudo, lembrou que é preciso que a direção da Axia tenha em mente que essa é a maior empresa do setor e quem faz dela a maior do setor são seus



empregados.

Além disso, o CNE afirmou que entende a importância da unificação e de ajustes necessários à nova natureza jurídica da empresa e defende que esta unificação deve vir **nivelada na melhor condição**, conforme a pauta de reivindicação aprovada pela categoria, valorizando os profissionais que estão construindo a nova Axia.

Uma empresa que se coloca como a maior do setor elétrico da América Latina, moderna e que busca o novo, deve ser também pioneira, na vanguarda da valorização e gestão de seu quadro de pessoal. Transparência, respeito e garantia de boas condições de trabalho são o mínimo esperado.

Os resultados excelentes que a Axia apresentou devem ter reflexo para quem trabalhou arduamente para que fos-



sem alcançados. Não apenas no pagamento de uma PLR, mas na real valorização dos direitos e benefícios que fazem com que as pessoas se sintam motivadas a continuar, e não apenas como uma empresa de passagem que seja boa enquanto dure.

A próxima rodada de negociação está prevista para ocorrer no dia 1º de abril, também no Rio de Janeiro. Para que seja uma reunião de bons frutos, a unidade da categoria é fundamental. Não podemos cair na lógica do divisionismo que a empresa tenta pregar. Isonomia sim, mas sem retirar conquistas históricas de algumas bases nivelando o processo por baixo.

Uma grande empresa se constrói com a valorização real de seus trabalhadores e trabalhadoras.

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC - INTERCEL EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

As Diretorias do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e região – SINERGIA, com sede em Florianópolis, na Rua Lacerda Coutinho nº 149, Centro, do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí – SINTEVI, com sede em Blumenau, na Rua Bahia nº 2552, Bairro Salto, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica do Sul do Estado de Santa Catarina – SINTRESC, com sede em Capivari de Baixo, na Av. Nereu Ramos nº 326, Centro, do Sindicato dos Eletricitários do Norte de Santa Catarina – SINDINORTE, com sede em Joinville, na Rua Max Colin nº 2368, Bairro Glória e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Lages – STIEEL, com sede em Lages, na Rua Ernesto Neves nº 18, Centro, na forma de suas atribuições legais e estatutárias, **CONVOCAM** os empregados da CELESC Distribuição S.A da base territorial dos respectivos Sindicatos, associados e não-associados, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar-se em suas respectivas bases, no dia 02 de abril de 2026, às 07h30min, em primeira convocação, com o número regulamentar de presentes, e às 8h00min, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes. Os trabalhadores discutirão e deliberarão sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**:

1. Apreciação e deliberação da contraproposta apresentada pela CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A para o Acordo de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR do ano de 2026;
2. Outorga de poderes aos sindicatos supracitados para assinatura do Acordo de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR 2026;
3. Em caso de rejeição da contraproposta da CELESC acerca da PLR 2026, deliberação sobre deflagração de greve por tempo indeterminado a partir das 6h00min do dia 13/04/2026 (segunda-feira);
4. Definição das formas de manutenção dos serviços essenciais à população;
5. Encaminhamentos.

Florianópolis, 25 de março de 2026.

Tiago Bittencourt Vergara
Coordenador Geral do SINERGIA

Lucio André Sousa da Silva
Presidente do SINTEVI

Luciano Marcos Antunes Pinto
Coordenador do SINTRESC

Antonio Cesar de S. Correa
Presidente do STIEEL

Wanderlei Lenartowicz
Presidente do SINDINORTE

Plataforma reafirma compromisso com a soberania nacional durante seminário

Debate reuniu diversas organizações para discutir a realidade da política energética nacional e construção de propostas para retomar a autonomia no setor



O Salão Nobre do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), recebeu na quarta-feira da semana passada, dia 18, o Seminário Nacional “Compromissos com o povo brasileiro para a Soberania Energética”, organizado pela Plataforma Operária e Campesina de Água e Energia (POCAE). O Seminário acontece como parte da programação da 6ª turma do curso de extensão e especialização “Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo”, resultado de uma parceria entre o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a UFRJ – por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) – e a Plataforma.

A política energética nacional em disputa

A mesa de início “A política energética brasileira: cenário atual e as perspectivas de futuro”, contou com a participação de representantes do Ministério de Minas e Energia (MME) e pesquisadores, que analisaram o cenário da energia no Brasil e no mundo. Poliana Corrêa, da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento do MME, destacou os novos instrumentos para planejamento e participação no planejamento energético do país, entre eles o Plano Nacional de Transição Energética (PLANTE) e o Fórum Nacional de Transição Energética (Fonte). De acordo com Poliana “o cargo chefe de todas as discussões é a transição energética, com um olhar muito minucioso relacionado a redução da pobreza energética e a redução das desigualdades e de acesso a energia”, destacou.

“O Brasil já é de fato um país que tem uma matriz de forma muito relevante limpa, já estamos com uma transição em curso. Nosso desafio maior não é esse de descarbonizar a matriz, mas conseguir entender quem é que se beneficia com essa transformação”, enfatizou Corrêa.

O professor Dr. Dorival Gonçalves Junior, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) destacou que “não tem como entender a indústria [de energia], sem entender a disputa que se dá pelos excedentes”. Para o professor,

essa disputa tem definido os rumos da política, as tarifas e o planejamento energético brasileiro.

“A política energética, na perspectiva dos trabalhadores, é, antes de mais nada, algo que decorre da disputa que ocorre entre os setores capitalista que atuam na cadeia, e ali dentro está todo o sistema financeiro, a grande indústria de desenvolvimento, de tecnologias. Portanto, no caso brasileiro, nosso grau de dependência é brutal; a gente não tem soberania nenhuma”, explica Gonçalves.

De acordo com Mahtama Ramos, do Instituto de Estudos Energéticos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), vivemos em um momento de policrise, decorrente da necessidade de reestruturação do capitalismo, que tem intensificado uma “luta de dominação e poder – seja regional, seja globalmente – pelo controle, o acesso, propriedade, comercialização e fluxos de insumos energéticos, desde do petróleo, gás natural e fertilizantes, até os minerais críticos” afirmou.

Perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras e construção de propostas



A mesa “Os desafios da classe trabalhadora na luta por soberania energética”, contou com a presença de Pedro Damásio, da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Cloviomar Caranine, do Departamento Intersindical de Estatística e de Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Lucas Mazotti, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Tatiane Paulino, do MAB, Tiago Vergara, do Sinergia SC e da Confe-

deração Nacional dos Urbanitários (CNU) e Luis Raúl López Ibañez, do capítulo cubano do Movimento de Afectados por Represas (MAR) e do Centro Memorial Martin Luther King Junior. Durante o debate, foi apresentada a proposta de plano de trabalho da Plataforma para o ano de 2026. No documento, é reafirmado “o compromisso histórico com a organização popular e a luta para a construção de uma política energética popular e proletária, baseada na soberania nacional, na distribuição da riqueza e no controle social”.

“Nos comprometemos em continuar construindo a luta por soberania nacional e popular em nosso país, e na América Latina, nesse momento de ataques do imperialismo estadunidense aos nossos territórios”, afirmou Dalila Calisto, da coordenação nacional do MAB e da Plataforma.



Um dos grandes desafios do ano é o processo eleitoral e a reeleição do presidente Lula. Diante disso, Dalila enfatizou que a Plataforma está comprometida “a construir um conjunto de ações no tema da água e da energia para apresentar ao governo federal e as candidaturas. E assim, contribuir para avançarmos na participação e controle popular sob nossas riquezas”, concluiu.

Por fim, o Coordenador Geral do Sinergia SC, representando a Confederação Nacional dos Urbanitários, apresentou a situação dos trabalhadores da AXIA Eletrobras após a privatização da companhia e fez um relato da participação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) na Confederação das Cidades, realizada no final do mês de fevereiro, onde foram aprovadas moções em defesa da água e da energia como bens públicos, contra a privatização da CEMIG - concessionária pública de energia de Minas Geras - e contra a precarização da Celesc.



Texto: Coletivo Nacional de Comunicação do MAB - Fotos: Joyce Silva/MAB, Matheus Bragança e Patrick Quintileno/MAB, Leonardo Contin/Sinergia SC